

VIDROPORTO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022

VIDROPORTO S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Vidroporto S.A.
Porto Ferreira - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Vidroporto S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vidroporto S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto a seguir, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Desta forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos a seguir, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Revisão da vida útil e valor residual do ativo imobilizado

Conforme Notas Explicativas nºs 8.f e 17 às demonstrações contábeis, a Companhia e sua controlada revisam periodicamente as estimativas e premissas, tais como vida úteis e valores residuais, utilizadas para mensuração de seus ativos, em especial para determinar a vida útil econômica das máquinas, equipamentos e instalações, base para o cálculo dos encargos de depreciação.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada utilizam premissas e julgamentos para determinar o valor residual estimado de venda desses ativos no futuro. Uma alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos impactam de forma relevante os encargos de depreciação computados no exercício corrente e futuros e o resultado na venda dos ativos. Dessa forma, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Reconhecimento e mensuração dos saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme Nota Explicativa nºs 15 às demonstrações contábeis, a Companhia e sua controlada registram impostos diferidos ativos e passivos atribuíveis a: (i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência e (ii) aos efeitos gerados pela depreciação por diferenças de taxas.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada utilizam premissas e julgamentos para determinar o reconhecimento e mensuração de impostos diferidos. Uma alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos impactam de forma relevante os impostos diferidos computados no exercício corrente. Dessa forma, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados à determinação das estimativas de vida útil econômica e da determinação do valor residual das máquinas, equipamentos e instalações.

Avaliamos os julgamentos exercidos pela Companhia e sua controlada e consideramos as premissas utilizadas por elas para determinar a adequação da estimativa de vida útil econômica as máquinas, equipamentos e instalações e do valor residual esperado desses ativos com base nas estratégias e planos de negócios da Companhia e sua controlada. Recalculamos os encargos de depreciação reconhecidos durante o exercício e o valor residual atribuído no registro inicial do ativo.

Avaliamos a adequação do nível de divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a determinação das estimativas de vida útil econômica e a determinação do valor residual das máquinas, equipamentos e instalações, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados à determinação do reconhecimento dos impostos diferidos e da preparação e revisão da projeção de lucros tributários futuros.

Com auxílio de nossos especialistas em impostos, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais vigentes.

Comparamos os orçamentos aprovados para o exercício anterior com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros. Avaliamos ainda se as projeções da Companhia indicavam lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados possam ser compensados bem como adequação do nível de divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade dos impostos diferidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração estão adequados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 28 de fevereiro de 2023.

VIDROPORTO S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	48.476	78.217	72.182	92.880	Fornecedores	19	87.537	26.687	106.311	42.938
Contas a receber de clientes	11	147.713	144.091	258.104	247.069	Empréstimos e financiamentos	20	-	55.035	-	65.097
Estoques	12	82.590	52.349	116.566	78.300	Debêntures a pagar	21	149.283	66.375	149.283	66.375
Impostos a recuperar	13	93.179	51.715	113.132	77.942	Salários, férias e encargos a pagar		9.872	8.086	13.192	10.940
Despesas antecipadas		1.232	1.346	1.265	1.386	Impostos e contribuições sociais a recolher	22	5.703	10.795	9.003	14.552
Instrumentos financeiros derivativos	14	-	4.654	-	4.654	Parcelamentos de Impostos	23	3.033	3.033	3.272	3.272
Outros créditos		4.244	1.496	6.776	2.477	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	24.b	16.873	23.341	16.873	23.341
		<u>377.434</u>	<u>333.868</u>	<u>568.025</u>	<u>504.708</u>	Outras contas a pagar		<u>1.206</u>	<u>392</u>	<u>1.470</u>	<u>980</u>
								<u>273.507</u>	<u>193.744</u>	<u>299.404</u>	<u>227.496</u>
Não circulante						Passivo não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	20	-	-	-	4.159
Impostos a recuperar	13	5.985	971	23.618	17.479	Debêntures a pagar	21	612.306	305.045	612.306	305.045
Outros créditos		227	476	227	476	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	104.256	107.865	120.443	117.726
		<u>6.212</u>	<u>1.447</u>	<u>23.845</u>	<u>17.955</u>	Parcelamento de Impostos	23	5.148	8.182	5.577	8.850
						ICMS diferido	8.m	-	-	16.530	15.803
						Provisão para contingências	28	2.123	1.866	2.134	1.877
								<u>723.833</u>	<u>422.958</u>	<u>756.990</u>	<u>453.460</u>
Investimentos	16	484.563	457.721	203	203	Patrimônio líquido	24				
Imobilizado	17	656.114	282.179	991.304	616.602	Capital social		435.055	345.155	435.055	345.155
Intangível		2	2	2	2	Reserva legal		24.436	19.996	24.436	19.996
		<u>1.146.891</u>	<u>741.349</u>	<u>1.015.354</u>	<u>634.762</u>	Reserva de retenção de lucros		67.494	93.364	67.494	93.364
						Total do patrimônio líquido		<u>526.985</u>	<u>458.515</u>	<u>526.985</u>	<u>458.515</u>
Total do ativo		<u>1.524.325</u>	<u>1.075.217</u>	<u>1.583.379</u>	<u>1.139.470</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.524.325</u>	<u>1.075.217</u>	<u>1.583.379</u>	<u>1.139.470</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

VIDROPORTO S.A.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	25	441.490	404.036	693.603	609.946
Custos dos produtos vendidos		(333.894)	(250.497)	(531.068)	(405.503)
Lucro bruto		107.596	153.539	162.535	204.443
Receitas/(despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	26	(25.343)	(20.300)	(30.878)	(25.956)
Outras receitas/(despesas) líquidas		(1.067)	(4.531)	24.085	15.419
Equivalência patrimonial	16	59.842	47.281	-	-
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas e impostos		141.028	175.989	155.742	193.906
Receitas financeiras	27	23.014	38.267	25.773	40.507
Despesas financeiras	27	(78.844)	(55.184)	(81.360)	(61.354)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		85.198	159.072	100.155	173.059
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	15	-	(23.093)	(10.779)	(31.029)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	15	3.609	(13.132)	(569)	(19.183)
Lucro líquido do exercício		88.807	122.847	88.807	122.847

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

VIDROPORTO S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	<u>88.807</u>	<u>122.847</u>	<u>88.807</u>	<u>122.847</u>
Resultado abrangente total	<u><u>88.807</u></u>	<u><u>122.847</u></u>	<u><u>88.807</u></u>	<u><u>122.847</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

VIDROPORTO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas (Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros			Lucros líquidos/ (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2021	220.009	13.853	127.127	-	360.989
Aumento de capital com reservas	125.146	-	(125.146)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	122.847	122.847
Destinação do lucro líquido:					
Reserva legal	-	6.143	-	(6.143)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(13.200)	-	(13.200)
Reversão de dividendos	-	-	11.220	-	11.220
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(23.341)	(23.341)
Reserva de retenção de lucros	-	-	93.363	(93.363)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	345.155	19.996	93.364	-	458.515
Aumento de capital com reservas	89.900	-	(89.900)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	88.807	88.807
Destinação do lucro líquido:					
Reserva legal	-	4.440	-	(4.440)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(23.098)	-	(23.098)
Reversão de dividendos	-	-	19.634	-	19.634
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(16.873)	(16.873)
Reserva de retenção de lucros	-	-	67.494	(67.494)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	435.055	24.436	67.494	-	526.985

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

VIDROPORTO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	88.807	122.847	88.807	122.847
Ajustes para conciliar o lucro às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	19.010	21.097	32.759	34.337
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	2.148	2.418
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.609)	13.132	569	19.183
Resultado na venda de ativo imobilizado	52	824	52	924
Constituição/(reversão) de provisão para contingências	257	(585)	257	(585)
Ajuste a valor presente do contas a receber	2.659	521	4.485	1.088
Ajuste a valor presente de fornecedores	(245)	(15)	(303)	(26)
Realização do custo de transação	(2.287)	1.207	(2.287)	1.207
Instrumentos financeiros derivativos	4.654	14.047	4.654	14.047
Equivalência patrimonial	(59.842)	(47.281)	-	-
Juros e variação cambial s/empr. e financiamentos/debêntures	116.128	29.809	116.435	31.975
Varição em contas a receber de clientes	(6.281)	(15.773)	(15.308)	(71.277)
Varição em estoques	(30.241)	(16.473)	(38.266)	(19.918)
Varição em impostos a recuperar	(46.477)	(50.663)	(41.328)	(49.236)
Varição em despesas antecipadas	114	(696)	121	(390)
Varição em outros créditos	(2.500)	47	(4.051)	1.959
Varição em fornecedores	61.094	4.518	63.463	4.001
Varição em salários, férias e encargos a pagar	1.786	1.461	2.251	1.710
Varição em impostos e contribuições sociais a recolher	(5.092)	(3.738)	(5.549)	(2.931)
Varição em outras contas a pagar	814	(124)	491	(168)
Varição em parcelamentos e ICMS diferido	(3.033)	(3.033)	(2.545)	(3.132)
Pagamento de juros/variação camb. s/empréstimos e financiamentos	(4.793)	(18.376)	(5.182)	(20.607)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	130.975	52.753	201.673	67.426
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(392.997)	(79.503)	(407.513)	(100.335)
Lucros recebidos de controladas	33.000	-	-	-
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(359.997)	(79.503)	(407.513)	(100.335)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos				
Debêntures tomadas	452.108	150.000	452.108	150.000
Pagamento de debêntures	(66.600)	(44.400)	(66.600)	(44.400)
Pagamento de juros sobre debêntures	(108.186)	(21.719)	(108.186)	(21.719)
Custos de transação relacionado a empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(8.724)	-	(8.724)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(26.806)	(14.419)	(26.806)	(14.419)
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	(51.235)	(31.374)	(65.374)	(37.196)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos	199.281	29.364	185.142	23.542
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(29.741)	2.614	(20.698)	(9.367)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	78.217	75.603	92.880	102.247
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	48.476	78.217	72.182	92.880
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(29.741)	2.614	(20.698)	(9.367)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Vidroporto S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma entidade domiciliada no Brasil. O endereço da Companhia é na Rodovia Anhanguera, km 226,8, localizada, na cidade de Porto Ferreira, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social, a produção, industrialização, comércio, importação e exportação de embalagens de vidro em todas as suas modalidades, bem como matérias primas e componentes para essas finalidades e a prestação de serviços e assistência técnica no campo de tais atividades, podendo ainda participar do capital de outras sociedades como sócia ou acionista.

2. Entidades do grupo

Controladas diretas	País	Participação (%)	
		2022	2021
Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.	Brasil	100	100

Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.

A controlada tem sua sede e foro no município de Estância de Sergipe, na Rodovia BR 101, KM 142. A entidade tem como objeto social a fabricação de artigos de vidro destinado a quaisquer finalidades, inclusive como partes, peças e acessórios, embalagens de vidro em geral, fabricação de moldes em geral, o beneficiamento, a comercialização, a representação por conta própria ou de terceiros e a distribuição, no mercado interno e externo, de seus produtos ou de terceiros e a distribuição, no mercado interno e externo, de seus produtos ou de terceiros.

3. Base de consolidação

a. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

b. Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

c. Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

d. Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão dessas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2023. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações contábeis.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em reais, exceto quando indicado de outra forma.

6. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

- Nota explicativa nº 11 - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa nº 15 - Mensuração do imposto de renda e da contribuição social;
- Nota explicativa nº 17 - Vida útil do ativo imobilizado;
- Nota explicativa nº 28 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros.

7. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

8. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de juros de ajuste a valor presente das contas a receber, reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d. Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Idade (anos)	Taxa (%)
Edificações	6 a 59	1,69 a 16,67
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 29	3,45 a 16,67
Móveis e utensílios	6 a 14	7,14 a 16,67
Veículos	6 a 14	7,14 a 16,67

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativo intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia, têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

h. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e sua controlada são parte das disposições contratuais do instrumento.

Avaliação dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos é registrada: (a) pelo seu valor justo por meio de resultado (VJR); e (b) pelo custo amortizado, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia e sua controlada estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros investimentos, instrumentos financeiros derivativos e outros créditos.

O caixa e equivalentes de caixa estão a valor justo por meio do resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

As contas a receber de clientes estão classificadas como custo amortizado. As contas a receber de clientes estão apresentadas a valores de realização. Quando necessário, a Administração constitui provisão em montante considerado suficiente para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (aqueles adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo) são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado;
- Custo amortizado: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos.

A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Passivos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e pagar e outras contas a pagar.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*). Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência, exceto quando atribuíveis a um ativo qualificável.

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(iii) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido no estatuto, são reconhecidos como passivo ou retidos. Vide Nota Explicativa nº 24.

i. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo.

Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada.

Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

l. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

m. ICMS diferido

Foi constituído ICMS Diferido nas importações de bens de capital novos para ampliação da linha de produção da controlada Indústria Vidreira do Nordeste Ltda., amparado pela Lei nº 3.140 de 23 de dezembro de 1991, combinada com a Resolução nº 148/2012 do Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI, ambos dispositivos legais do Governo do Estado de Sergipe.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

9. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Sociedade não adotou essas normas de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras.

Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Contratos de seguros (IFRS 17);
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis;
- Alteração ao IAS 12: Exceção adicional ao reconhecimento inicial do impostos de renda diferido;
- Alterações ao IFRS 4 e IFRS 17: extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 e esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros;
- Alterações ao IFRS 16: trata da responsabilidade em um retroarrendamento;

10. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa	13	35	13	38
Saldo bancário	14.156	11.097	19.507	20.436
Aplicações financeiras de curto prazo	34.307	67.085	52.662	72.406
	<u>48.476</u>	<u>78.217</u>	<u>72.182</u>	<u>92.880</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, aplicadas em bancos de primeira linha para minimizar o risco de crédito.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 29.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

11. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Duplicatas a receber	152.975	146.694	266.025	250.505
Menos:				
Ajuste a valor presente - AVP	(3.945)	(1.286)	(6.604)	(2.119)
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.317)	(1.317)	(1.317)	(1.317)
Total	<u>147.713</u>	<u>144.091</u>	<u>258.104</u>	<u>247.069</u>

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Créditos a vencer	150.514	142.725	262.329	246.359
Créditos em atraso de 01 a 30 dias	327	256	446	259
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	-	-	-	-
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	-	-	39	69
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	-	-	-	75
Créditos em atraso acima de 181 dias	2.134	3.713	3.211	3.743
Total	<u>152.975</u>	<u>146.694</u>	<u>266.025</u>	<u>250.505</u>

As perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas contas a receber de clientes em aberto provisionando prováveis perdas no saldo com percentual progressivo, baseado no prazo em que as contas a receber se encontram em aberto.

Movimentação das Perdas Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):

	Controladora	Consolidado
Saldos da provisão em 1º de janeiro de 2022	<u>1.317</u>	<u>1.317</u>
Provisão durante o exercício	-	-
Saldos da provisão em 31 de dezembro de 2022	<u>1.317</u>	<u>1.317</u>

Movimentação do Ajuste a Valor Presente - AVP:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2022	<u>1.286</u>	<u>2.119</u>
Ajuste durante o exercício	2.659	4.485
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>3.945</u>	<u>6.604</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas é divulgada na Nota Explicativa nº 29.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

12. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Produtos acabados	37.404	23.386	46.687	30.599
Matérias-primas	24.285	14.667	33.245	21.169
Combustíveis	270	200	416	333
Material de embalagem	1.694	1.241	3.357	3.011
Materiais de manutenção	9.977	6.621	18.054	12.753
Materiais auxiliares	7.985	5.386	13.523	9.225
Outros materiais - insumos	975	848	1.284	1.210
Total	82.590	52.349	116.566	78.300

13. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
COFINS	26.407	89	42.053	17.117
ICMS (a)	26.817	1.742	44.464	18.770
PIS	5.753	19	9.807	4.368
IRRF	325	-	434	31
Pis e Cofins (Exclusão Base ICMS) (b)	32.388	50.005	32.388	54.265
Outros	7.474	831	7.604	870
	99.164	52.686	136.750	95.421
Circulante	93.179	51.715	113.132	77.942
Não circulante	5.985	971	23.618	17.479

- (a) O valor correspondente ao ICMS consolidado é proveniente do diferimento nas aquisições de ativo imobilizado importados para ampliação de uma nova linha de produção no valor de R\$ 16.530 (R\$ 15.760 em 2021) na controladora. Na controladora o aumento do saldo credor de ICMS refere-se ao diferimento ICMS nas vendas de embalagens de vidro dentro do estado de São Paulo conforme Decreto nº 66.529/2022, resultando acúmulo de ICMS a recuperar na operação;
- (b) O valor correspondente ao Pis e Cofins (Exclusão da Base do ICMS) refere-se a constituição do crédito, de acordo com a Tese de Repercussão geral (Tema 69), no julgamento do recurso extraordinário (RE) 574706 do período de março/2012 a junho/2021.

14. Instrumentos financeiros derivativos

Em maio de 2018, a Companhia fez a captação junto aos Bancos Bradesco, Brasil e Itaú de Instrumentos Financeiros Derivativos - Swap, em conjunto com o empréstimo (dívida em moeda estrangeira + swap para BRL em % do CDI).

Os termos e condições do empréstimo e derivativo configuram-se como operação casada, de modo que economicamente a resultante seja uma dívida em 100% do CDI + Spread Bancário de cada instituição financeira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

A diferença da mensuração entre os dois instrumentos (empréstimo ao custo amortizado x derivativo ao valor justo), gera um “descasamento contábil” que é contabilizada diretamente no resultado. A precificação das operações de Swap é obtida por meio da geração das curvas de juros e das taxas de conversão baseadas na combinação de preços (cotações) dos produtos disponíveis dos principais fornecedores do mercado. As operação com Instrumentos derivativos - Swap foram finalizadas em Abril/2022, não existindo nenhuma operação ativa em 31 de dezembro de 2022.

15. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

a. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência e (ii) aos efeitos gerados pela depreciação por diferenças de taxas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo de impostos diferidos				
IRPJ e CSLL s/Prejuízo Fiscal	2.616	-	2.616	2.148
IRPJ e CSLL s/Provisão para contingências	543	456	543	456
IRPJ e CSLL s/AVP do contas a receber	1.341	437	2.245	720
Ativo de impostos diferidos	4.500	893	5.404	3.324
Passivo de impostos diferidos				
IRPJ e CSLL s/Instr.Financeiros derivativos - SWAP	-	(1.582)	-	(1.582)
IRPJ e CSLL s/AVP de Fornecedores	(94)	(11)	(127)	(24)
IRPJ e CSLL s/Provisão e depreciação por diferenças de taxas	(45.302)	(45.828)	(61.008)	(56.659)
IRPJ e CSLL s/Prov.Receita Recuperação Tributária Pis e Cofins	-	(17.002)	(1.352)	(18.450)
IRPJ e CSLL s/Ganho sobre compra vantajosa IVN	(44.335)	(44.335)	(44.335)	(44.335)
IRPJ e CSLL s/Ativo Qualificável	(19.025)	-	(19.025)	-
Passivo de impostos diferidos	(108.756)	(108.758)	(125.847)	(121.050)
Saldos Líquidos	(104.256)	(107.865)	(120.443)	(117.726)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Movimentação das diferenças temporárias durante o exercício:

Controladora:

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Reconhecidos no resultado do exercício	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Prejuízo fiscal	-	2.616	2.616
Provisão para contingências	456	87	543
Ajuste a valor presente do contas a receber	437	904	1.341
Ajuste a valor presente de fornecedores	(11)	(83)	(94)
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	(1.582)	1.582	-
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(45.828)	526	(45.302)
Provisão Receita Recuperação Tributária Pis e Cofins	(17.002)	17.002	-
Ganho compra vantajosa - IVN	(44.335)	-	(44.335)
Ativo Qualificável	-	(19.025)	(19.025)
Impostos diferidos (líquido)	(107.865)	3.609	(104.256)
Efeitos no resultado	-	3.609	-

Consolidado:

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Reconhecidos no resultado do exercício	Baixa	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Prejuízo fiscal	2.148	2.616	(2.148)	2.616
Provisão para contingências	456	87	-	543
Ajuste a valor presente do contas a receber	720	1.525	-	2.245
Ajuste a valor presente de fornecedores	(24)	(103)	-	(127)
Instrumentos financeiros derivativos - SWAP	(1.582)	1.582	-	-
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(56.659)	(4.349)	-	(61.008)
Provisão Receita Recuperação Tributária Pis e Cofins	(18.450)	17.098	-	(1.352)
Ganho compra vantajosa - IVN	(44.335)	-	-	(44.335)
Ativo Qualificável	-	(19.025)	-	(19.025)
Impostos diferidos (líquido)	(117.726)	(569)	(2.148)	(120.443)
Efeitos no resultado	-	(569)	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas com imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	85.198	159.072	100.155	173.060
(-) Deduções de juros sobre capital próprio	(23.098)	(13.200)	(23.098)	(13.200)
	<u>62.114</u>	<u>145.872</u>	<u>77.057</u>	<u>159.860</u>
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	21.114	49.597	26.199	54.352
Exclusões/Adições permanentes:	(31.583)	(25.813)	(15.420)	(22.509)
Outros	-	(691)	(259)	(814)
	<u>(10.469)</u>	<u>23.093</u>	<u>10.779</u>	<u>31.029</u>
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	-	23.093	10.779	31.029
Alíquota efetiva	0%	16%	14%	19%

16. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Eletrobras	203	203	203	203
IVN - Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.	484.360	457.518	-	-
Total	<u>484.563</u>	<u>457.721</u>	<u>203</u>	<u>203</u>
IVN - Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.		2022	2021	
Participação (%)		100%	100%	
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2022		457.518	410.237	
Dividendos distribuídos		(33.000)	-	
Equivalência patrimonial		59.842	47.281	
Saldos finais em 31 de dezembro de 2022		<u>484.360</u>	<u>457.518</u>	

VIDROPORTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

17. Imobilizado

Controladora	Terrenos e edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Bens de reparo e conservação	Software	Adto a Fornecedores	Total
Custo:									
Saldos em 1º de janeiro de 2021	40.560	295.022	1.293	980	4.005	1.836	660	-	344.356
Adições	-	656	52	392	3.691	2.960	68	71.684	79.503
Alienações	-	(1.192)	-	(360)	-	-	-	-	(1.552)
Transferências	652	6.105	-	1.521	(6.090)	(2.188)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	41.212	300.591	1.345	2.533	1.606	2.608	728	71.684	422.307
Adições	-	417	60	359	393.478	3.675	49	50.644	448.682
Alienações	-	(49)	(88)	-	-	-	-	(55.685)	(55.822)
Transferências	-	7.072	4	51	23.185	(2.845)	(137)	(27.330)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	41.212	308.031	1.321	2.943	418.269	3.438	640	39.313	815.167
Depreciação:									
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(4.422)	(113.647)	(654)	(633)	-	-	(404)	-	(119.760)
Depreciação no exercício	(648)	(20.072)	(128)	(161)	-	-	(88)	-	(21.097)
Alienações	-	376	-	353	-	-	-	-	729
Transferências	-	1.012	-	(1.012)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(5.070)	(132.331)	(782)	(1.453)	-	-	(492)	-	(140.128)
Depreciação no exercício	(660)	(17.942)	(124)	(190)	-	-	(94)	-	(19.010)
Alienações	-	35	50	-	-	-	-	-	85
Transferências	-	(136)	(1)	-	-	-	137	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(5.730)	(150.374)	(857)	(1.643)	-	-	(449)	-	(159.053)
Valor líquido contábil:									
Em 31 de dezembro de 2021	36.142	168.260	563	1.080	1.606	2.608	236	71.684	282.179
Em 31 de dezembro de 2022	35.482	157.657	466	1.300	418.269	3.438	191	39.313	656.114

VIDROPORTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Consolidado	Terrenos e Edificações	Máquinas e equipamentos instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Bens de Reparo e Conservação	Software	Adto a Fornecedores	Total
Custo:									
Saldos em 1º de janeiro de 2021	163.234	525.401	2.865	1.080	4.012	2.145	1.099	-	699.836
Adições	-	1.265	54	890	21.990	4.384	68	71.684	100.335
Alienações	-	(1.349)	-	(360)	-	-	-	-	(1.709)
Transferências	10.001	10.102	5	1.521	(18.272)	(3.366)	9	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	173.235	535.419	2.924	3.131	7.730	3.163	1.176	71.684	798.462
Adições	-	467	60	359	407.341	4.278	49	50.644	463.198
Alienações	-	(49)	(88)	-	-	-	-	(55.685)	(55.822)
Transferências	5.266	8.972	4	51	16.595	(3.421)	(137)	(27.330)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	178.501	544.809	2.900	3.541	431.666	4.020	1.088	39.313	1.205.838
Depreciação:									
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(14.887)	(131.218)	(1.081)	(654)	-	-	(469)	-	(148.309)
Depreciação no exercício	(4.760)	(29.004)	(291)	(193)	-	-	(89)	-	(34.337)
Alienações	-	433	-	353	-	-	-	-	786
Transferências	-	1.012	-	(1.012)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(19.647)	(158.777)	(1.372)	(1.506)	-	-	(558)	-	(181.860)
Depreciação no exercício	(5.112)	(27.004)	(287)	(260)	-	-	(96)	-	(32.759)
Alienações	-	35	50	-	-	-	-	-	85
Transferências	-	(136)	(1)	-	-	-	137	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(24.759)	(185.882)	(1.610)	(1.766)	-	-	(517)	-	(214.534)
Valor Líquido contábil:									
Em 31 de dezembro de 2021	153.588	376.642	1.552	1.625	7.730	3.163	618	71.684	616.602
Em 31 de dezembro de 2022	153.742	358.927	1.292	1.775	431.666	4.020	297	39.313	991.304

O aumento substancial do Ativo Imobilizado, refere-se ao investimento na construção de uma nova planta industrial na controladora, que deverá iniciar a produção no segundo semestre de 2023.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

18. Partes relacionadas

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados, que inclui honorários da diretoria e premiação por alcance de metas foi de R\$ 5.068 (R\$ 5.093 em 2021).

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica/odontológica, farmácia, educação, entre outros.

Os montantes referentes a benefícios a empregados registrados em despesas administrativas estão apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Alimentação do trabalhador	7.367	5.964	10.463	8.732
Auxílio transporte	-	-	1.525	1.288
Participação nos lucros	2.527	1.846	3.481	2.537
Assistência médica/odontológica	3.082	2.659	3.913	3.500
Seguro de vida em grupo	138	104	233	177
Total	<u>13.114</u>	<u>10.573</u>	<u>19.615</u>	<u>16.234</u>

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Mercado interno	51.373	22.810	68.912	38.680
Mercado externo	36.442	3.910	37.773	4.329
Ajuste a valor presente - AVP	(278)	(33)	(374)	(71)
Total	<u>87.537</u>	<u>26.687</u>	<u>106.311</u>	<u>42.938</u>

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 29.

20. Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 29.

VIDROPORTO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Termos e cronograma de amortização da dívida

Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Controladora:

Bancos/contratos	Número do Contrato	Data vencimento	Modalidade	Taxas		Saldo em 31/12/2021	Adições		Amortizações		Prazos	
				Base	Spread ao Ano		Valor liberado no exercício	Juros e variação cambial provisionados	Principal	Juros + Variação	Saldo em 31/12/2022	Circulante
Banco Itau	2216177010	19/04/2022	4131	CDI-POS	2,18%	6.573	-	13	4.209	2.377	-	-
Banco do Brasil	178333632	05/02/2022	4131	CDI-POS	1,83%	7.836	-	-	5.336	2.500	-	-
Banco Safra	001061453	21/09/2021	CCB	CDI-		10.036	-	252	10.288	-	-	-
Banco Citibank	445149	24/09/2021	CCB	CDI-		15.264	-	306	15.570	-	-	-
Banco Citibank	445283	01/11/2021	CCB	CDI-		15.410	-	422	15.832	-	-	-
(-) Enc.financeiros						(84)	-	-	-	(84)	-	-
Total geral						55.035	-	993	51.235	4.793	-	-

Consolidado:

Bancos/contratos	Número do Contrato	Data vencimento	Modalidade	Taxas		Saldo em 31/12/2021	Adições		Amortizações		Prazos	
				Base	Spread ao Ano		Valor liberado no exercício	Juros e variação cambial provisionados	Principal	Juros + Variação	Saldo em 31/12/2022	Circulante
Banco Itau	2216177010	19/04/2022	4131	CDI-POS	2,18%	6.573	-	13	4.209	2.377	-	-
Banco do Brasil	178333632	05/02/2022	4131	CDI-POS	1,83%	7.836	-	-	5.336	2.500	-	-
Banco Safra	001061453	21/09/2021	CCB	CDI-		10.036	-	252	10.288	-	-	-
Banco Citibank	445149	24/09/2021	CCB	CDI-		15.264	-	306	15.570	-	-	-
Banco Citibank	445283	01/11/2021	CCB	CDI-		15.410	-	422	15.832	-	-	-
Bco Nordeste do Brasil	520207226958	15/05/2023	Capital Giro	IPCA	2,61%	6.397	-	138	6.360	175	-	-
Bco Nordeste do Brasil	520207226958	15/05/2023	Capital Giro	IPCA	10,69%	712	-	14	708	18	-	-
Bco Nordeste do Brasil	520207256974	15/06/2023	Capital Giro	IPCA	2,61%	6.401	-	140	6.363	178	-	-
Bco Nordeste do Brasil	520207256974	15/06/2023	Capital Giro	IPCA	10,69%	711	-	15	708	18	-	-
(-) Enc.financeiros						(84)	-	-	-	(84)	-	-
Total geral						69.256	-	1.300	65.374	5.182	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm os seguintes cronogramas de vencimento:

Ano de vencimento:	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
2022	-	55.035	-	65.097
2023	-	-	-	4.159
Total	-	55.035	-	69.256

21. Debêntures a pagar

	2022	2021
Debêntures a pagar (passivo circulante)	151.363	69.757
(-) Custo de transação a incorrer	(2.080)	(3.382)
Total	149.283	66.375
Debêntures a pagar (passivo não circulante)	619.048	312.000
(-) Custo de transação a incorrer	(6.742)	(6.955)
Total	612.306	305.045
Total das Debentures a pagar	761.589	371.420

2ª Emissão de Debêntures:

Em 01 de outubro de 2018, a Companhia efetuou a 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia com Garantia Fidejussória Adicional, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM 476.

Foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures, ao valor nominal unitário de R\$1 (um mil reais) na data da emissão, totalizando R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais), sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. e BB-Banco de Investimento S.A.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, em 54 (cinquenta e quatro) parcelas, a partir do 12º (décimo segundo) mês a contar da Data de Emissão, sendo a primeira em 1 de novembro de 2019 e a última na Data de Vencimento ou na data de eventual resgate antecipado facultativo, aquisição facultativa ou vencimento antecipado.

Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos mensalmente, a partir da Data de Emissão, sendo os pagamentos devidos no dia 1º (primeiro) de cada mês até a Data de Vencimento, sendo o primeiro pagamento em 1º de novembro de 2018.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, calculada e divulgada diariamente pela B3 no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.B3.com.br>), acrescidos de um spread equivalente a 2,60% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário.

Dos recursos oriundos das debêntures, R\$170.000 (cento e setenta milhões de reais) foram utilizados para aquisição de planta pré-operacional da Indústria Vidreira do Nordeste Ltda. ("IVN") e o saldo remanescente para reforço de caixa da Companhia.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes na Escritura de Emissão de Debêntures que estão sendo devidamente seguidas.

Em 18 de fevereiro de 2019 foi realizado o Primeiro Aditamento da Escritura de 2ª Emissão de Debêntures, com o único fim de formalizar o cumprimento da convocação das debêntures da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória para da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, passando referido instrumento a denominar-se: "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição".

Nesta 2ª Emissão de Debêntures foram dadas as seguintes garantias:

- 1 - Alienação Fiduciária de todas as quotas de Emissão da IVN - Indústria Vidreira do Nordeste Ltda.;
- 2 - Alienação Fiduciária da totalidade dos imóveis industriais de propriedade da Vidroporto S.A.;
- 3 - Cessão Fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Vidroporto sobre as vendas oriundas do Contrato de Fornecimento de garrafas de vidro celebrado entre a Companhia e HNK BR Industria de Bebidas Ltda.;
- 4 - Aval do acionista Quatroefe:

- Após o início da atividade da IVN, uma vez cumpridas as condições presentes do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures acima citado, ou seja, atingimento do faturamento anual de R\$ 100.000 (cem milhões de reais) e faturamento mensal para a HNK, a alienação fiduciária do imóvel de propriedade da Vidroporto poderá ser substituída pela alienação fiduciária do imóvel industrial de propriedade da IVN.

Adicionalmente poderá substituir a Cessão Fiduciária dos direitos creditórios da Vidroporto pela Cessão Fiduciária dos direitos creditórios da IVN sobre as vendas para a HNK.

Em 04 de março de 2020 foi realizado o Segundo Aditamento da Escritura de 2ª Emissão de Debêntures, com o único fim de alterar a redação dos itens que passam a vigorar conforme a seguir:

“Garantias Reais

Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Companhia sobre (a) a totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, oriundos do “Contrato de Fornecimento de Garrafas de Vidro” celebrado entre a Companhia e a HNK BR Indústria de Bebidas Ltda., HNK BR Bebidas Ltda., Cervejarias Kaiser Brasil S.A.; Cervejaria Baden Baden Ltda, Indústria de Bebidas Igarassu Ltda. e Cervejaria Sudbrack Ltda. (quando em conjunto, “Grupo Heineken”) em 27 de abril de 2018 (“Contrato Fornecimento HNK” e “Direitos Creditórios Companhia”); (b) todos os direitos de crédito, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos contra o Banco Administrador, decorrentes de conta vinculada de titularidade da Companhia, não movimentável por esta, mantida no Banco Administrador onde deverão necessariamente ser depositados e transitar a integralidade dos Direitos Creditórios Companhia (“Conta Vinculada Companhia”); e (c) a Conta Vinculada Companhia (“Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia”), constituída nos termos do “Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças”, celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário e o banco administrador (“Banco Administrador”) em 9 de outubro de 2018 (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia”), observado que esta Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia poderá ser substituída nos termos da Cláusula 4.9.1.4 abaixo.

Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da IVN sobre (a) a totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, oriundos do “Contrato de Fornecimento de Garrafas de Vidro” celebrado entre a IVN e o Grupo Heineken, em 1 de dezembro de 2018, (“Contrato Fornecimento HNK e IVN” e “Direitos Creditórios IVN”); (b) todos os direitos de crédito, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos contra o Banco Administrador, decorrentes de conta vinculada de titularidade da Sociedade, não movimentável por esta, mantida no Banco Administrador onde deverão necessariamente ser depositados e transitar a integralidade dos Direitos Creditórios IVN (“Conta Vinculada IVN”); e (c) a Conta Vinculada IVN (“Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios IVN” e, quando em conjunto com Alienação Fiduciária de Quotas IVN, Alienação Fiduciária de Imóvel da Companhia e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia, “Garantias Reais”, e quando em conjunto com Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas IVN, Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel da Companhia e Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia, “Instrumentos de Garantia”), constituída, de forma compartilhada, conforme cláusula 4.9.1.1.1 abaixo, nos termos do “Contrato Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças”, celebrado entre a IVN, o Agente Fiduciário, o Banco do Brasil S.A. e a Companhia (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios IVN”).”

Inclusa a Cláusula na Escritura de Emissão:

“A Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios IVN é compartilhada com os titulares das debêntures da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia fidejussória adicional, a ser convolada em da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Emissora (“3ª Emissão”, “Debêntures da 3ª Emissão” e “Debenturistas da 3ª Emissão”, respectivamente), conforme aprovado pela Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 4 de março de 2020 (“AGD da 2ª Emissão”), respeitando-se a proporção e demais condições de compartilhamento previstas no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios IVN”.”

Alteração da redação da Cláusula da Escritura de Emissão, que passa a vigorar conforme a seguir:

“Adicionalmente à substituição da Alienação Fiduciária de Imóvel da Companhia, quando verificado que o fluxo de recebimento do Contrato Fornecimento HNK e IVN, é equivalente a, no mínimo, R\$ 8.700 (oito milhões e setecentos mil reais) por mês, considerando a média simples dos últimos 12 (doze) meses (“Condição para Liberação da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia”), a Emissora terá a faculdade de solicitar a liberação da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia (“Liberação da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Companhia”).”

3ª Emissão de Debêntures

Em 04 de março de 2020, a Companhia efetuou a 3ª emissão de debentures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, a ser convolada em da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única, da Emissora (“Emissão” ou “3ª Emissão”) será objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta”), e será realizada com observância dos seguintes requisitos:

Foram emitidas 100.000 (cem mil) debêntures, ao valor nominal unitário de R\$1 (um mil reais) na data da emissão, totalizando R\$ 100.000 (cem milhões de reais), sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A e BB-Banco de Investimento S.A.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, em 48 (quarenta e oito) parcelas, a partir do 19º (décimo nono) mês a contar da Data de Emissão, sendo a primeira em 1º de outubro de 2021 e a última na Data de Vencimento ou na data de eventual resgate antecipado facultativo, aquisição facultativa ou vencimento antecipado.

Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos mensalmente, a partir da Data de Emissão, sendo os pagamentos devidos no dia 1º (primeiro) de cada mês até a Data de Vencimento ou na data de eventual resgate antecipado facultativo, aquisição facultativa ou vencimento antecipado, sendo o primeiro pagamento em 1º de abril de 2020 (cada uma, uma data de “data de pagamento dos juros remuneratórios”).

As Debêntures farão jus a uma remuneração (“Remuneração”) correspondente à variação percentual acumulada de 100% (cem por cento) da taxa média diária de juros dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.B3.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a partir da Data da Primeira Integralização ou da última data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido), conforme o caso, até a data de Pagamento da Remuneração.

Dos recursos oriundos das debêntures, R\$100.000 (cem milhões de reais) foram utilizados para investimento na ampliação da capacidade produtiva de sua subsidiária Indústria Vidreira do Nordeste Ltda (“IVN”), mediante a realização de aporte de capital e reforço de capital de giro da emissora.

4ª Emissão de Debêntures

Em 13 de julho de 2021, a Companhia efetuou a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória, em série única, da Emissora (“Emissão”) será objeto de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”), e será realizada com observância dos seguintes requisitos:

Foram emitidas 600.000 (seiscentos mil) debêntures, ao valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais) na data da emissão, totalizando R\$ 600.000 (seiscentos milhões de reais), sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente, em 61 (sessenta e uma) parcelas mensais e consecutivas, devidas sempre no dia 1º (primeiro) de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido em 1 de julho de 2023 e o último na Data de Vencimento das Debêntures.

Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos mensalmente, sempre no dia 1º (primeiro) de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido em 1º de setembro de 2021 e, o último pagamento, na Data de Vencimento (sendo cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento da Remuneração”).

As Debêntures farão jus a uma remuneração (“Remuneração”) correspondente à variação percentual acumulada de 100% (cem por cento) da taxa média diária de juros dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Taxa DI”), acrescida de um spread ou sobretaxa equivalente a 3,20% (três inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Início da Rentabilidade ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive) até a data de pagamento da Remuneração em questão, data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Vencimento Antecipado ou na data de um eventual Resgate Antecipado Obrigatório Total ou Resgate Antecipado Facultativo Total (exclusive), o que ocorrer primeiro.

Dos recursos oriundos das debêntures, R\$ 600.000 (seiscentos milhões de reais) serão prioritariamente destinados ao projeto de expansão da capacidade produtiva da Emissora, por meio da construção e instalação de um novo forno industrial para a produção de embalagens de vidro no estabelecimento industrial da Emissora localizado na Cidade de Porto Ferreira, Estado de São Paulo (“Forno Industrial”) e investimentos para a operacionalização do Forno Industrial.

A liberação dos recursos foi realizada em duas etapas, a primeira liberada em julho de 2021 no valor de R\$ 150.000 (cento e cinquenta milhões de reais) e a segunda em fevereiro de 2022 no valor de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões).

Vencimento antecipado automático

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia atende a todas as suas cláusulas contratuais restritivas, inclusive o item i. conforme segue:

Para os fins de cálculo do Covenant Financeiro, a ser verificado anualmente, será o índice *Dívida Líquida/EBITDA*, calculado com base no EBITDA consolidado dos últimos 12 meses, conforme tabela abaixo, sendo certo que a primeira verificação foi realizada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Ano	Divida Líquida/EBTIDA
2022	Menor ou igual a 4,5

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022
Lucro líquido do exercício		88.807
(+) Resultado financeiro	27	55.587
(+) Depreciação	17	32.759
(+) Imposto de renda e contribuição social	15	11.348
Ebitda		188.501
Empréstimos e financiamentos	20 e	-
Debêntures a pagar	21	761.589
(-) Caixa equivalente caixa	10	(72.182)
(-) Derivativos	29	-
Endividamento líquido		689.407
Dívida líquida/EBTIDA		3,66

22. Impostos e contribuições sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
COFINS	-	1.011	-	1.011
CSSL	-	-	17	-
ICMS	-	3.091	192	3.227
INSS	127	15	153	41
IPI	4.859	5.554	7.785	8.978
IRPJ	-	-	-	33
IRRF	412	331	506	408
ISS	161	38	182	68
PIS	-	217	-	217
Outros	144	538	168	569
	<u>5.703</u>	<u>10.795</u>	<u>9.003</u>	<u>14.552</u>

23. Parcelamento de Impostos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Parcelamento de ICMS	1.159	1.639	1.159	1.639
Parcelamento de IPI	7.022	9.576	7.690	10.483
	<u>8.181</u>	<u>11.215</u>	<u>8.849</u>	<u>12.122</u>
Circulante	3.033	3.033	3.272	3.272
Não Circulante	5.148	8.182	5.577	8.850

Parcelamento de ICMS - competência Março/2020 no valor original total de R\$ 2.306 (dois milhões, trezentos e seis mil reais) realizado em 60 parcelas com vencimento final em 31 de maio de 2025, atualizado em 2% de multa + 2,0% de juros, mais acréscimos financeiros mensais de 1% + taxa Selic;

Parcelamento de IPI - competências Março, Abril e Maio/2020 totalizando valor original de R\$ 10.489 (dez milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil reais) realizado em 60 parcelas com vencimento final em 30/09/2025, atualizado em 1,7% juros + 20% multa, mais acréscimos financeiros mensais de 1% + taxa Selic.

24. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 435.055 (R\$ 345.155 em 31 de dezembro de 2021), dividido em 164.875.209 ações ordinárias (idêntico em 2021), todas nominativas, sem valor nominal, não conversíveis para qualquer outra forma.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A destinação do saldo de reserva de retenção de lucros será deliberada segundo a proposta dos órgãos da Administração, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas que aprovar as demonstrações contábeis conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 08.

Dividendos

De acordo com o estatuto social, aos titulares das ações será atribuído, em cada exercício, dividendo não inferior a 20% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

As bases dos dividendos podem ser assim demonstradas:

	Controladora	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	88.807	122.847
(-) Constituição de reserva legal - 5%	(4.440)	(6.142)
(=) Lucro líquido ajustado	84.367	116.705
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	20%	20%
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	<u>16.873</u>	<u>23.341</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

25. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita bruta fiscal	525.560	519.434	843.445	780.877
Menos:				
Impostos sobre vendas	(78.244)	(113.345)	(143.837)	(168.006)
Devoluções e abatimentos	(5.826)	(2.053)	(6.005)	(2.925)
Total	441.490	404.036	693.603	609.946

26. Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas com pessoal	14.628	12.690	17.023	15.660
Benefícios sociais	4.124	2.911	5.813	4.060
Serviços de terceiros	3.179	1.949	3.485	2.298
Consumo de materiais	885	805	1.273	1.307
Energia elétrica	170	168	273	263
Despesas tributárias	1.019	740	1.154	752
Despesas com comunicações	107	122	168	174
Viagens e representações	194	136	313	291
Depreciação e amortização	301	272	573	537
Outras despesas	736	507	803	614
Total	25.343	20.300	30.878	25.956

27. Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Receitas sobre aplicações financeiras	14.390	20.634	16.261	21.055
Ajuste a valor presente de fornecedores	245	15	303	26
Varição cambial positiva	2.775	7.512	3.191	8.970
Receitas s/atualiz. Recuperação Tributária	4.410	9.414	4.193	9.631
Outros	1.194	692	1.825	825
	23.014	38.267	25.773	40.507
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(70.485)	(28.664)	(71.058)	(31.452)
Perdas com derivativos - Swap	(4.654)	(14.047)	(4.654)	(14.047)
Varição cambial negativa	(2.952)	(12.113)	(3.505)	(13.786)
Descontos concedidos	(59)	(122)	(1.038)	(1.463)
Despesas bancárias	(314)	(137)	(393)	(366)
Despesas com cobrança	(13)	(10)	(20)	(14)
Juros/multa de mora	(367)	(91)	(692)	(226)
	(78.844)	(55.184)	(81.360)	(61.354)
Resultado financeiro líquido	(55.830)	(16.917)	(55.587)	(20.847)

28. Provisão para contingências

A Companhia e sua controlada, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avaliam as probabilidades de ter contra si a materialização de determinadas contingências passivas de naturezas trabalhistas, previdenciárias, tributárias, cíveis e outras. A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída mediante a probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática o provisionamento integral de prováveis obrigações, até o momento em que a obrigação é liquidada ou revertida em função de nova avaliação dos consultores jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras demandas administrativas e judiciais sobre as quais não foram constituídas provisões para fazer em face de eventuais perdas, tendo por base a orientação de seus consultores jurídicos, que classificam essas demandas como de provável ou possível êxito.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) à opinião dos assessores jurídicos da Companhia, à natureza dos processos e à experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Cíveis	1.078	1.078	1.078	1.089
Trabalhistas	1.045	788	1.056	788
Total	2.123	1.866	2.134	1.877

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis são processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 816 em 2022 (R\$ 225 em 2021), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

29. Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de dezembro de 2022	Controladora	Consolidado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	48.476	72.182
Contas a receber de clientes	147.713	258.104
Outros créditos	4.471	7.003
Total	200.660	337.289
	Controladora	Consolidado
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores e outras contas a pagar	88.743	107.781
Debêntures a pagar	761.589	761.589
Total	850.232	869.370
31 de dezembro de 2021	Controladora	Consolidado
Ativos financeiros mensurados ao valor justo		
Instrumentos financeiros derivativos	4.654	4.654
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	78.217	92.880
Contas a receber de clientes	144.091	247.069
Outros créditos	1.972	2.953
Total	228.934	347.556
	Controladora	Consolidado
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores e outras contas a pagar	27.079	43.918
Empréstimos e financiamentos	55.035	69.256
Debêntures a pagar	371.420	371.420
Total	453.534	484.594

b. Mensuração do valor justo

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures a pagar possuem o valor justo que se aproximam do valor contábil. Os contratos de *swap* são atualizados ao seu valor futuro, com base nas taxas e índices contratados, e descontados ao seu valor presente pelas taxas de mercado divulgadas por fontes externas (BM&FBovespa), pelo prazo a decorrer.

Em nenhum ano, a Companhia efetuou transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de moeda;
- Risco operacional;

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

d. Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia que identifica, avalia e procura minimizar os riscos financeiros resultantes das atividades comerciais e operacionais, em conjunto com a diretoria. As estratégias tomadas referentes aos endividamentos são discutidas e aprovadas em reuniões mensais do conselho de administração. As demais estratégias tomadas são apresentadas na Assembleia de acionistas que tomam ciência das decisões tomadas. A diretoria estabelece as diretrizes para o futuro, baseadas, principalmente, no planejamento de produção e nas estratégias de comercialização.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

As políticas de gestão de risco, embora não formalmente documentadas, refletem os princípios para a gestão de risco definidos pelo Conselho de Administração e Diretoria.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado a seguir.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A Companhia não exige garantias com relação à Contas a receber e outros recebíveis como é a prática de mercado.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativos					
Caixa e saldos bancários	10	14.169	11.132	19.520	20.474
Aplicações financeiras	10	34.307	67.085	52.662	72.406
Contas a receber de clientes	11	147.713	144.091	258.104	247.069
Total		<u>196.189</u>	<u>222.308</u>	<u>330.286</u>	<u>339.949</u>

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e sua controlada irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia e sua controlada utilizam o custeio baseado em atividades para precificar seus produtos, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um longo período, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Controladora:

Em 31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	87.537	87.537	-	-
Debêntures a pagar	761.589	149.283	320.650	291.656
Outras contas a pagar	1.206	1.206	-	-

Consolidado:

Em 31 de dezembro de 2022	Valor Contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	106.311	106.311	-	-
Debêntures a pagar	761.589	149.283	320.650	291.656
Outras contas a pagar	1.470	1.470	-	-

Controladora:

Em 31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 Anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	26.687	26.687	-	-
Empréstimos e financiamentos	55.035	55.035	-	-
Debêntures a pagar	371.420	66.375	172.973	132.072
Outras contas a pagar	392	392	-	-

Consolidado:

Em 31 de dezembro de 2021	Valor Contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	42.938	42.938	-	-
Empréstimos e financiamentos	69.256	65.097	4.159	-
Debêntures a pagar	371.420	66.375	172.973	132.072
Outras contas a pagar	980	980	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

(iii) Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas relativas as oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Os ativos e passivos expostos a variações das taxas de juros são os seguintes:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Aplicações financeiras	10	34.307	67.085	52.662	72.406
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures a pagar	20 e 21	(761.589)	(426.455)	(761.589)	(440.676)
Déficit apurado		<u>(727.282)</u>	<u>(359.370)</u>	<u>(708.927)</u>	<u>(368.270)</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variação cambial e de taxas de juros que está exposta considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2022.

Desta forma o quadro a seguir demonstra a situação do efeito da variação da taxa de juros no resultado futuro:

	Cenário I		Cenário II				Cenário III			
			Incremento		Deterioração		Incremento		Deterioração	
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	Taxa	Saldo	Taxa	Saldo	Taxa	Saldo	Taxa	Saldo	Taxa	Saldo
	12,00%	761.589	15,00%	114.238	9,00%	68.543	18,00%	137.086	6,00%	45.695
Efeito Líquido				<u>114.238</u>		<u>68.543</u>		<u>137.086</u>		<u>45.695</u>

(iv) Risco de moeda

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Companhia contratou operações relativas a instrumentos financeiros como *hedge* para tais fins.

(v) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Total do passivo	997.340	616.702	1.056.394	680.956
Caixa e equivalentes de caixa	(48.476)	(78.217)	(72.182)	(92.880)
Dívida líquida (A)	948.864	538.485	984.212	588.076
Total do patrimônio líquido (B)	526.985	458.515	526.585	458.515
Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	1,80	1,17	1,87	1,28

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta ao risco cambial do fluxo de caixa futuro em moeda estrangeira, devido à captação de empréstimos em moeda estrangeira. Com o objetivo de mitigar este risco, a Companhia adota procedimentos de cobertura baseada na exposição cambial calculada pelo valor dos empréstimos em moeda estrangeira.

Os acionistas aprovaram a contratação de contrato de *swap*, com o mesmo prazo de duração dos contratos de empréstimos com o objetivo de trocar a remuneração por uma taxa equivalente ao CDI.

As operações com Instrumentos financeiros foram finalizada em Abril/2022, não existindo nenhuma operação ativa em 31 de dezembro de 2022.

30. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Companhia e sua controlada, saldos em poder de banco e aplicações financeiras de curto prazo.

b. Ativo imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adquiriu ativo imobilizado ao custo total de R\$ 392.397 (R\$ 79.503 em 2021), sendo que R\$ 50.644 (setenta e um milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil reais) são referente a adiantamento a fornecedores, e o valor R\$ 51.727 (R\$ 549 em 2021) encontram-se em aberto na rubrica de fornecedores, não afetando o caixa da Companhia.

31. Aspectos ambientais

As instalações da Companhia e sua controlada são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia e sua controlada diminuem os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamentos. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

32. Eventos subsequentes

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.